

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
IPEA/IPLAN-INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
SETOR DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ASPECTOS DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DOS ESTADOS

VOL. 6

ESTADO DO PIAUÍ

BRASÍLIA, MAIO DE 1972
- CIRCULAÇÃO RESTRITA -

Ministério do Planejamento e Coordenação Geral
IPEA/PLAN - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
Setor de Desenvolvimento Regional

ASPECTOS DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DOS ESTADOS

Volume 6 - ESTADO DO PIAUÍ

Brasília, Maio de 1972.

CIRCULAÇÃO RESTRITA

APRESENTAÇÃO

ASPECTOS DO PLANEJAMENTO E DO ORÇAMENTO DOS ESTADOS

APRESENTAÇÃO

De maneira geral, é ainda limitado o conhecimento que se tem das experiências de planejamento em curso nos vários Estados do Brasil.

Entretanto, a institucionalização irreversível do planejamento em nosso país, de um lado, e o processo crescente de integração nacional, de outro, impõem hoje um maior conhecimento mútuo das experiências de elaboração e implementação de planos, quer no âmbito nacional e regional, quer na esfera estadual. Concomitantemente, torna-se necessária uma análise mais precisa dos elementos orçamentários e financeiros que dão suporte a esse planejamento.

O presente trabalho constitui, pois, uma análise preliminar do sistema de planejamento e da situação orçamentária e financeira dos Estados do Brasil, elaborado à base dos documentos apresentados no ENCONTRO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE PLANEJAMENTO, realizado em Brasília no período de 15 a 17 de dezembro de 1971.

Foi preparado com o objetivo central de fornecer subsídios básicos ao Ministério do Planejamento no processo de consolidação do seu sistema de articulação com os Estados e Municípios.

Na análise dos aspectos de planejamento, sem pretensões de exaustividade, procurou-se preencher uma lacuna no senti



do de proporcionar uma visão global das experiências realizadas e da evolução do sistema nos vários Estados, particularizando-se ainda o quadro atual dos planos em execução.

No que concerne aos aspectos orçamentários e financeiros dos Estados, a análise abrange o quinquênio 1968/72, que se desdobra em dois períodos: um de dados observados - 1968/1970 - correspondentes aos elementos dos balanços dos Estados, e um de dados previstos - 1971/72 - com base nas respectivas propostas orçamentárias. De forma sistemática foram identificadas as variáveis principais e abordados os itens mais importantes como a evolução e composição da receita e despesas, equilíbrio orçamentário, endividamento dos Estados, etc., de modo a obter-se uma adequada base de referência para estudos posteriores. As diversas tabelas e indicadores utilizados propiciam elementos interessantes no confronto da situação observada entre os Estados e Regiões.

A fim de permitir uma abordagem regional, os dados orçamentários e financeiros foram consolidados ao nível das cinco regiões do país: NORTE (Acre, Amazonas e Pará), NORDESTE (Maranhão a Bahia), SUDESTE (Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Guanabara e São Paulo), SUL (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e CENTRO OESTE (Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal).

A Nota Metodológica a seguir apresentada especifica os principais itens que foram objeto de análise e define os critérios que presidiram a elaboração do trabalho.

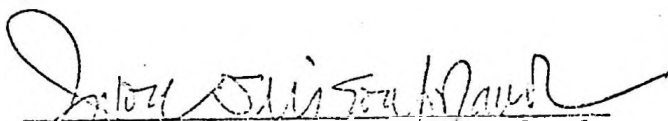
Para facilitar o manuseio do documento optou-se por sua representação em 28 volumes individuais, um para cada Estado ou Região.

O trabalho foi elaborado por uma equipe constituída pelos seguintes técnicos do IPLAN: Demóstenes Silvestre Fernandes Filho, Fernando José de Almeida, Ivan José Barbosa Li-

ma, Nilton Romeu, Ricardo Nunes de Miranda, sob a coordenação de César Augusto Areal e Edson Sargues Prudente e a supervisão final de Paulo Dante Coelho e desta Superintendência.

Colaboraram ainda na execução do trabalho os técnicos Fernando Augusto Vieira Fernandes e Paulo Brasil.

Brasília, 2 de maio de 1972



Antonio Nilson Craveiro Holanda
Superintendente do IPLAN

NOTA METODOLÓGICA

NOTA METODOLÓGICA

Os prazos fixados para a conclusão do estudo, deliberadamente exíguos, impuseram à equipe uma compreensível concentração de esforços a fim de que os objetivos do trabalho fossem alcançados não obstante a limitação de tempo. Considerando a enorme massa de dados e informações a obter, selecionar e avaliar, impôs-se a fixação de certos critérios e definições metodológicas consoante os termos de referência iniciais do estudo e o aperfeiçoamento sucessivo da análise.

No que concerne ao Planejamento, além da abordagem de experiências anteriores de cada Estado, destaca-se no estudo o quadro da situação do sistema de planejamento estadual e as bases do atual plano em elaboração ou execução. Para dar a devida unidade ao trabalho utilizou-se como fontes bibliográficas básicas além das Notas Taquigráficas de exposições dos Secretários Estaduais de Planejamento no Encontro Nacional de Brasília, de 15 a 17/12/71, outros documentos solicitados aos Estados para aquela reunião.

Quanto aos aspectos de orçamento, a análise está limitada ao período 1968/72, contando-se para os anos de 1968/70 com dados de Balanço e para 1971/72 com os de Previsão Orçamentária.

A fim de facilitar a análise em cada Estado apresenta-se uma síntese dos principais aspectos do planejamento e orçamento como introdução desses capítulos. Igualmente os anexos incorporados em cada volume dão um detalhamento da parte de planejamento e incluem as tabelas e gráficos pertinentes à análise orçamentária e financeira.

As principais fontes bibliográficas utilizadas foram as publicações do Ministério da Fazenda através da Revista de Finanças Públicas e os respectivos balanços e orçamentos estaduais.

Além das definições clássicas da Lei 4.320/64, adotou-se ainda os seguintes critérios a respeito dos itens abordados nos aspectos orçamentários:

Receitas Próprias: compreendidas como sendo a Receita Total menos a Receita de Transferências. Dessa forma as Operações de Crédito estão incluídas no conceito.

Saldo Orçamentário Efetivo: Representado pelo Saldo Orçamentário (Receita menos Despesa) excluídas as Operações de Crédito.

Receita de Capital Efetiva: Definida como sendo a Receita de Capital menos as Operações de Crédito.

Financiamento das Despesas de Capital: O modelo utilizado considera como fonte de financiamento das Despesas de Capital o somatório dos seguintes itens:

- Saldo em Conta Corrente (SCC) ou Poupança do Governo (diferença entre a Receita e a Despesa Corrente)
- Receita de Capital Efetiva (RKe)
- Operações de Crédito (OC) e
- Saldo Orçamentário (SO), este último tomado com o sinal contrário, de acordo com a seguinte fórmula:

$$DK = SCC + RKe + OC + (SO) \quad (-1)$$

Transferências - Compreendem as Cotas-Parte do Fundo de Participação dos Estados e Fundo Especial e as classificadas no documento como "Outras Transferências" recebidas pelos Estados à Conta dos Impostos Únicos sobre Combustíveis, Lubrificantes, Líquidos e Gasosos (IULCLG), sobre Energia Elétrica (IUÉE), sobre Minerais (IUM), Auxílios e/ou Contribuições e outros de menor relevância.

Indicadores "Per-Capita"

Os Indicadores "per-capita" (Receita Total, Receita Própria, Transferências, Despesas de Pessoal e Capital "per-capita") foram calculados com base em estimativas de população feitas através da interpolação e extrapolação dos resultados dos Censos Demográficos de 1960 e 1970, para cada Estado, com vistas a facilitar a comparação interestadual e interregional dessas variáveis. Os números regionais e do Brasil representam a soma dos dados estaduais obtidos segundo os critérios acima referidos.

Relação dos Volumes - São os seguintes os Volumes componentes do Estudo, segundo os Estados e Regiões:

<u>ESTADOS OU REGIÕES</u>		<u>Nº VOLUME</u>
ACRE	-	1
AMAZONAS	-	2
PARÁ	-	3
<u>REGIÃO NORTE</u>	-	4
MARANHÃO	-	5
PIAUI	-	6
CEARÁ	-	7
RIO G. DO NORTE	-	8
PARAÍBA	-	9
PERNAMBUCO	-	10
ALAGOAS	-	11
SERGIPE	-	12
BAHIA	-	13
<u>REGIÃO NORDESTE</u>	-	14
MINAS GERAIS	-	15
ESPÍRITO SANTO	-	16
RIO DE JANEIRO	-	17
GUANABARA	-	18
SÃO PAULO	-	19
<u>REGIÃO SUDESTE</u>	-	20
PARANÁ	-	21
SANTA CATARINA	-	22
RIO G. DO SUL	-	23
<u>REGIÃO SUL</u>	-	24
MATO GROSSO	-	25
GOIÁS	-	26
DISTRITO FEDERAL	-	27
<u>REGIÃO CENTRO-OESTE</u>	-	28

INDICE

ÍNDICE

A - PLANEJAMENTO ESTADUAL DO PIAUÍ

B - SÍNTESE DOS ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS DO ESTADO DO PIAUÍ

C - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO ESTADO DO PIAUÍ

1. Avaliação Global do Orçamento
2. Análise da Receita
3. Análise da Despesa
4. Análise do Equilíbrio Orçamentário e Financiamento das Despesas de Capital
5. O Endividamento do Estado

D - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

E - ANEXOS

I - O Planejamento Estadual

II - Situação Orçamentária - Tabelas

A- PLANEJAMENTO ESTADUAL DO PIAUÍ

A. O PLANEJAMENTO ESTADUAL NO PIAUÍ.

O quadro e organograma das páginas seguintes dão uma idéia da estrutura e evolução do sistema de planejamento do Estado do Piauí.

Dentre as modificações mais recentes, destacam-se a transformação da CODESE em Secretaria de Estado do Planejamento e a criação de uma Fundação (CEPRO), destinada a desenvolver as atividades de pesquisa.

A idéia central é a de que as atividades de planejamento de caráter especulativo sejam próprias da Fundação, e as de caráter operativo, específicas da Secretaria.

A apuração de estatísticas do Estado é tarefa do DEE. O acompanhamento e avaliação estará a cargo da AGE. A parte de orçamento, programação e organização administrativa em cada Secretaria ou Órgão terá assessoria das APOs.

O primeiro Plano de Desenvolvimento do Piauí foi elaborado em 1963, com vigência para 1963/66. O financiamento previa 68% de recursos da União, 24,5% de recursos estaduais e 7,5% de recursos municipais. A distribuição setorial dos investimentos contemplava 52% para infraestrutura, 39,5% para os programas sociais e 8,5% para o setor agro-industrial.

O segundo Plano foi elaborado para cobrir o período 1966/70.

O atual Plano de Governo encontra-se em fase de preparação.

ESTADO DO PIAUÍ

Evolução do Sistema de Planejamento

ANO	LEI OU DECRETO	INSTITUIÇÕES E PLANOS
1956	1.451 de 30/11/56	Extinguiu a Comissão de Planejamento e Estímulo a Produção e criou a COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO (CODESE)
1966	2.772 de 14/12/66	Elevou a CODESE ao nível de Secretaria de Estado
1969	Lei nº 9 de 7/2/69	Reorganizou a CODESE, denominando-a COORDENAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO
1971	Lei nº 69 de 26/11/71	Substituiu a CODESE pela Secretaria de Planejamento (SEPLAN). Proposta de criação de Fundação Centro Regional de Produtividade (CEPRO).

SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL NO PIAUÍ

GOVÉRNO DO ESTADO

Secretaria do Planejamento
SEPLAN

Assessoria de Acompanhamento
e Comunicação do Govérno do
Estado - AGE

Fundação Centro Re
gional de Produ-ti-
vidade do Piauí
CEPRO

Departamento Esta
dual de Estatísti
ca
DEE

Assessorias de Pro
gramação e Orçamen
to
APOs

OBS: Trata-se de sistema em implantação faltando definir as estru-
turas dos Órgãos.

B - SÍNTESE DOS ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS
E FINANCEIROS DO ESTADO DO PIAUÍ

B - SÍNTESE DOS ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS
DO ESTADO DO PIAUÍ

1. Orçamento para 1972: Cr\$ 204,5 milhões de cruzeiros

2. Participação relativa da Receita Estadual (%):

	1968	1970	1972
- s/Receita da Região	3,7	4,1	5,8
- s/Receita Total dos Estados	0,4	0,4	0,6

3. Crescimento da Receita Total em termos reais (% a.a.):

	Estado	Região
1968/70	+ 12,8	+ 7,7
1971/72	+ 42,5	+ 18,1

4. Crescimento da Receita de Capital em termos reais (% a.a.):

	Estado	Região
1968/70	+ 45,8	+ 32,1
1971/72	+ 49,9	+ 21,3

5. Participação relativa na Receita Total (%):

	ICM	TRANSFERÊNCIAS			Total
		F.Particip.	F.Especial	Outras(*)	
1968	38,5	53,3	-	2,2	55,5
1970	30,7	28,9	19,4	15,5	63,8
1972	22,5	15,3	12,7	17,6	45,6

(*) - Inclusive Quotas Partes dos Impostos Únicos s/Energia, Combustíveis e Lubrificantes, Minerais do País.

6. Receita Própria "Per-Capita" do Estado (Inclusive Operações de Crédito) B/2

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
- s/Receita "Per-Capita" da Região (%)	40,7	33,0	72,3
- s/Receita "Per-Capita" do Total dos Estados (%)	10,3	8,5	21,2

7. Receita de Transferência "Per-Capita" do Estado

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
- s/Receita de Transferências "Per-Capita" da Região (%)	104,8	154,1	151,9
- s/Receita de Transferências "Per-Capita" do Total dos Estados (%)	102,5	138,2	134,7

8. Despesas de Pessoal s/Despesa Total (%) :

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
Estado	45,3	33,3	31,7
Região	41,1	39,5	33,3
Total dos Estados	34,9	31,7	27,5

9. Despesas de Capital s/Despesa Total (%) :

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
Estado	27,2	40,7	42,3
Região	31,9	34,9	36,8
Total dos Estados	24,0	27,6	30,6

10. Composição da Dívida em 1970 (%) :

FLUTUANTE	FUNDADA	EXTERNA
75,7	24,3	-

11. Participação Relativa da Dívida s/Receita Total-1970-(%) :

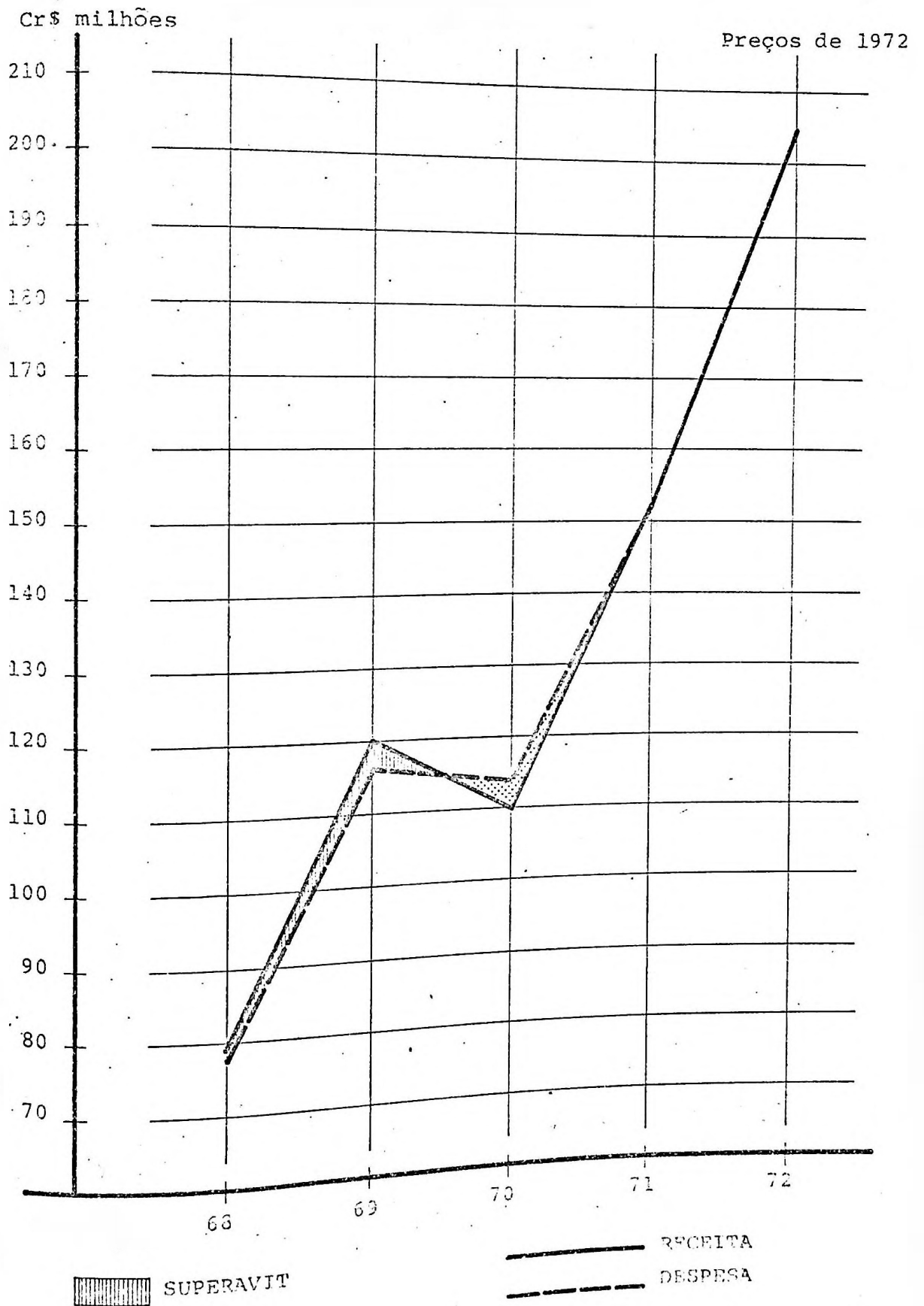
15,5

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
12. Operações de Crédito s/Receita Total (%) :	-	2,7	29,4
13. Amortizações + Juros s/Receita Total (%) :	7,4	1,3	2,6

14. Superavit (+) ou Déficit (-) efetivo sobre a Receita Total (%) :

	<u>1968</u>	<u>1970</u>
	(-) 1,7	(-) 15,5

ESTADO DO PIAUÍ
COMPARATIVO ENTRE RECEITA E DESPESA
1968/1972



C - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
DO ESTADO DO PIAUÍ

C. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
DO ESTADO DO PIAUÍ

1. AVALIAÇÃO GLOBAL DO ORÇAMENTO

1.1. O Orçamento em 1972

O Orçamento do Estado do Piauí para o exercício financeiro de 1972, fixa a Despesa e Estima a Receita no montante de Cr\$ 204,5 milhões.

1.1.1. Posição Relativa da Receita

A Receita realizada no sub-período 1968/70 e a Receita estimada para o sub-período 1971/72, tomadas em relação ao somatório das Receitas dos Estados da Região, ao somatório das Receitas de todos os Estados e do DF e, à Receita da União, conforme se apresenta abaixo, evidenciam uma melhoria de posição relativa do Estado, cuja receita total evolui a um ritmo mais acelerado que as médias regional e nacional.

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Receita Estadual/Receita da Região Nordeste	3,7	5,0	4,1	5,1	5,8
Receita Estadual/Receitas dos Estados e D.F.	0,4	0,5	0,4	0,5	0,6
Receita Estadual/Receita da União	0,3	0,5	0,4	0,6	0,6

Os gráficos I, II e III, apresentados no Anexo I do Volume 14, mostram a posição relativa da Receita do Estado, nos anos 1968, 1970 e 1972, com relação aos demais Estados da Região Nordeste, ao somatório das Receitas de todos os Estados e do D.F. e a Receita da União.

1.1.2 Evolução da Receita em termos reais

A evolução da Receita em termos reais, como indicam os dados abaixo, apresentou no sub-período 1968/70 um comportamento instável, apesar de ter crescido a uma taxa da ordem de 13% a.a.. Para o sub-período 1971/72 (*) estão previstas taxas bem mais elevadas (42,4%) que as verificadas no 1º sub-período. 1/

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Índice (1968=100) (%):	100	152	127	192	258
Acrêscimos Anuais :	-	52,0	-16,3	+51,0	+34,5

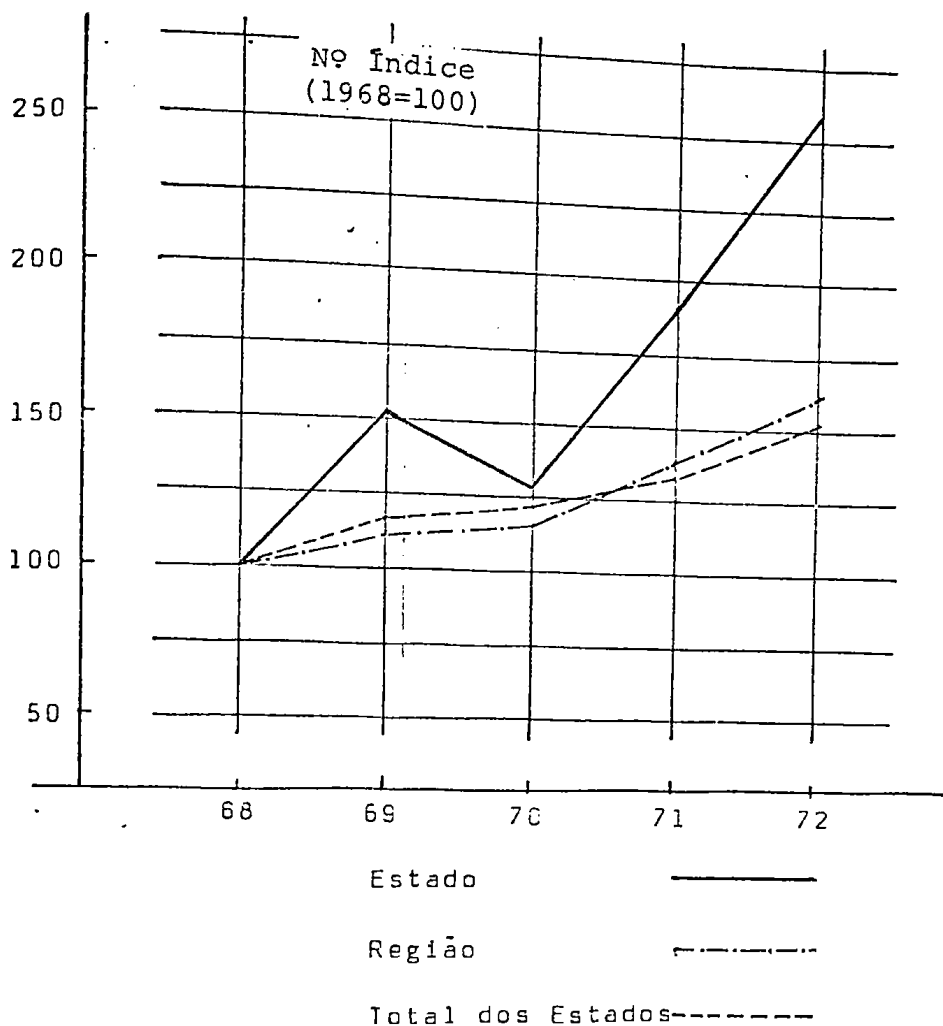
O crescimento da Receita Total no sub-período 1968/70, foi influenciado pelo desempenho das Transferências, que apesar do declínio verificado no ano de 1970, cresceram a uma taxa da ordem de 21,0% a.a., enquanto as Receitas Próprias apresentaram-se praticamente estagnadas. Já para o segundo sub-período 1971/72, o principal responsável pelo crescimento da Receita Total deverá ser as Receitas Próprias, cujo crescimento é estimado em 74,5% a.a., enquanto a estimativa de crescimento das Transferências é de apenas 20,0% a.a. 2/

O gráfico seguinte apresenta o crescimento, em termos reais, da Receita do Estado do Piauí, da Receita da Região Nordeste e do somatório das Receitas dos Estados e do Distrito Federal.

1/ Tabela PI-1.3, apresentada no anexo II deste volume.

2/ Tabela PI- 1.2 idem

(*) As taxas de crescimento para o período de previsão orçamentária foram calculados com base no ano de 1970. Este procedimento visou correlacionar as tendências diversas assumidas nos sub-períodos 68/70 e 71/72, construídos respectivamente com dados de balanço e previsão orçamentária.

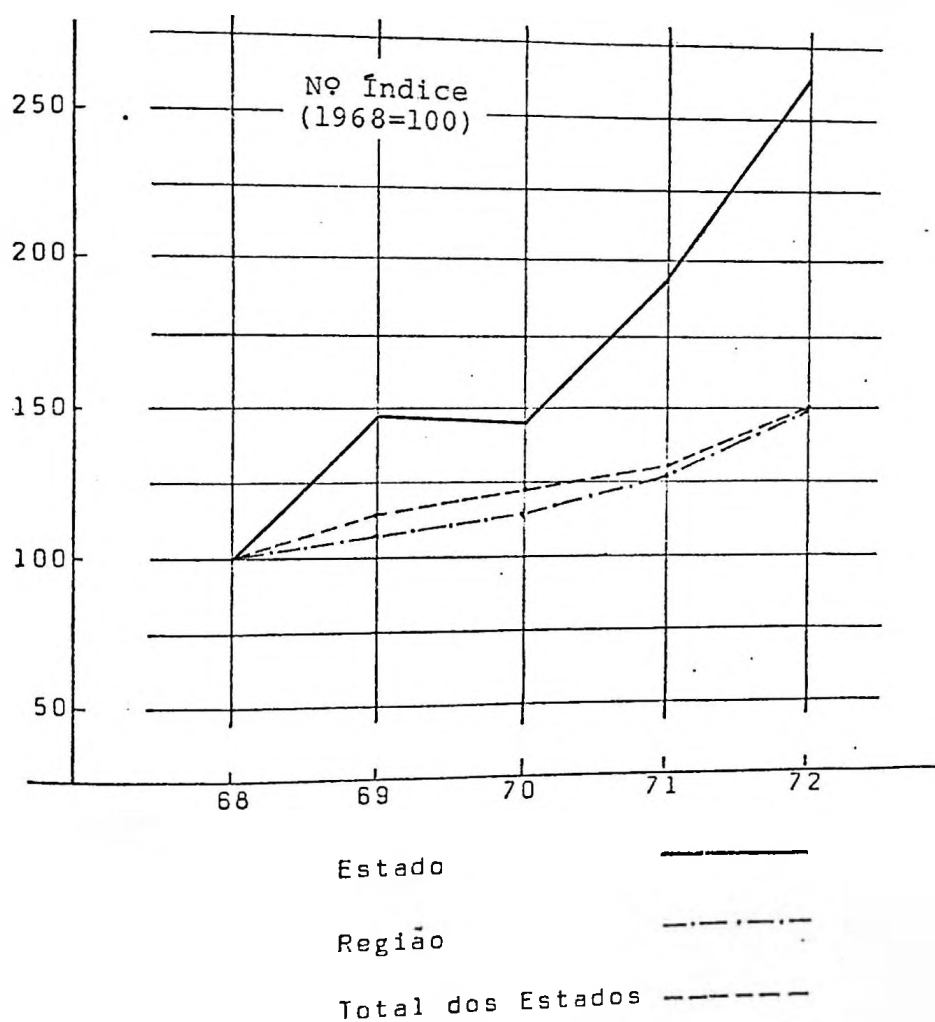


1.1.3. Evolução da Despesa em termos reais

A evolução da Despesa em termos reais, de acordo com os dados abaixo, mostra o sub-período 1968/70, um rápido crescimento no início do sub-período estabilizando-se em seguida. Para os anos de previsão orçamentária, os valores fixados para a Despesa mostram-na crescendo a uma taxa estável em torno de 34% a.a.

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Índice (1968=100) (%)	100	149	146	196	263
Acrêscimos Anuais	-	+49,0	- 1,7	+33,9	+34,5

O gráfico abaixo compara o crescimento, a preços de 1972, da Despesa do Estado, da Despesa da Região e do somatório das Despesas dos Estados e do Distrito Federal.



2. ANÁLISE DA RECEITA

A análise da Receita será efetuada segundo:

- as categorias econômicas (Corrente e Capital)
- a origem.

Neste segundo sub-ítem será dado destaque ao ICM e as Transfêrências, e sua posição relativa no Orçamento.

2.1. Análise segundo as categorias econômicas

O gráfico V, apresentado no Anexo I do Vol. 14 mostra a Receita dos Estados da Região Nordeste desdobradas em Receitas Correntes e de Capital, onde se destaca a situação peculiar do Estado do Piauí, devida a participação das Receitas de Capital na formação de sua Receita Total, que se afigura como a mais elevada da Região. Tal fato evidencia a fragilidade da arrecadação estadual, pois as Transferências de Capital representam quase a totalidade do valor da rubrica.

2.1.1. Evolução em termos reais das Receitas Correntes e de Capital

A evolução das Receitas Correntes, em termos reais, no sub período 1968/70, não apresentou uma tendência definida, pois alcança em 1970, apenas 90% do valor registrado em 1968. Para o sub-período 1971/72, prevê-se uma tendência regularmente ascendente - taxas da ordem de 34% a.a.

As Receitas de Capital, apesar de um ligeiro declínio no ano de 1970 relativo a 1969, crescem ao longo de toda a série a taxas bem mais elevadas do que as apresentadas pelas Receitas Correntes.^{1/}

^{1/} Tabela PI - 1.3

O quadro a seguir mostra a evolução, em termos reais, das Receitas Correntes e de Capital.

Receitas Correntes e de Capital

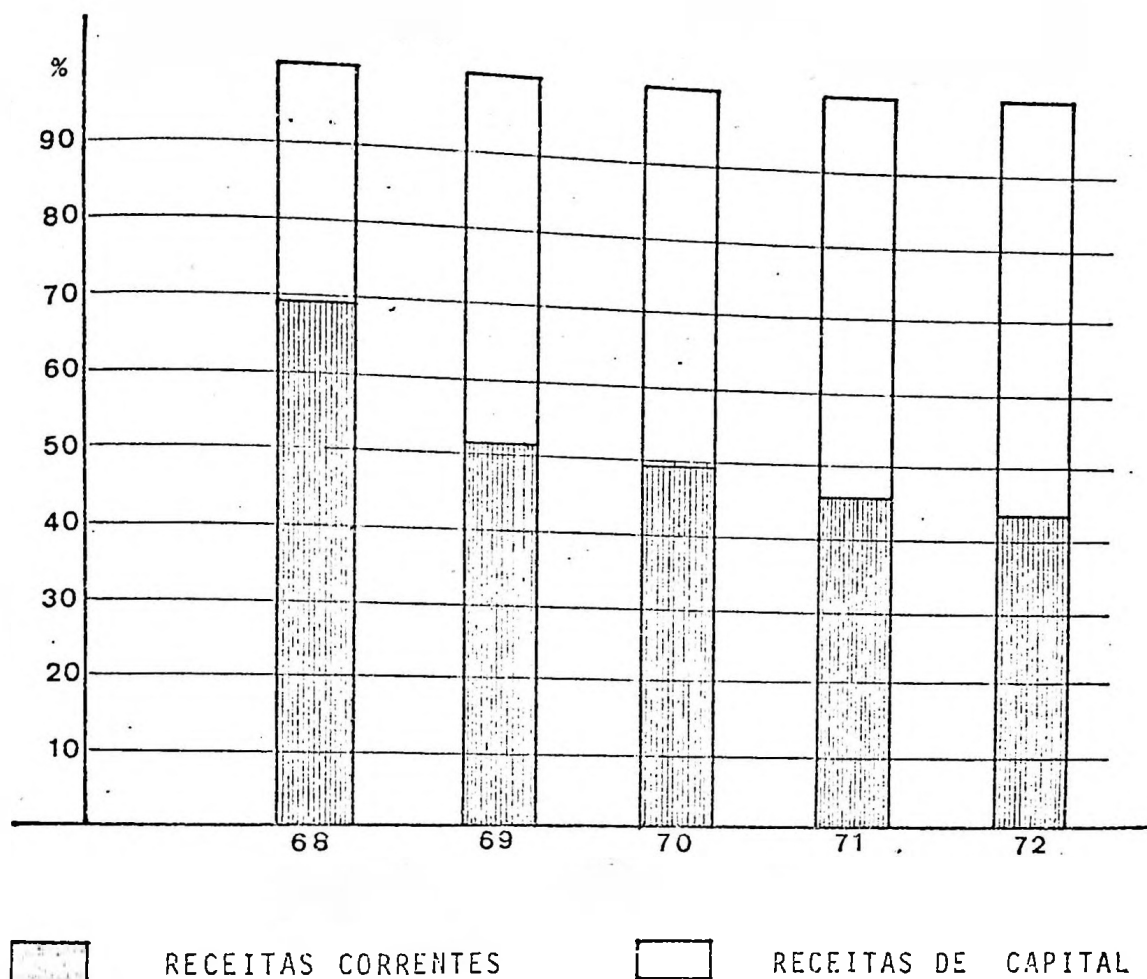
Nº Índice - 1968 = 100

ANO	RECEITA	CORRENTE	CAPITAL
1968		100	100
1969		113	241
1970		90	212
1971		127	341
1972		162	478

2.1.2. A composição percentual da Receita segundo as categorias econômicas

O ritmo de crescimento mais acelerado das Receitas de Capital conduziu à modificação da composição do Total de Receitas, com um sensível declínio da participação das Receitas Correntes como mostra o gráfico seguinte. ^{1/}

^{1/} Tabela PI - 1.1.



2.2. Análise segundo a origem

O gráfico VI, apresentado no Anexo I do Vol. 14, mostra a composição das Receitas dos Estados da Região, desdobradas em Próprias e Transferências, sendo o Piauí, nos anos de 1968 a 1970, o Estado em que as Transferências representam mais de 50% da Receita Total.^{1/}

^{1/} Tabela BR - 2.2

Todas as tabelas citadas com a referência - BR - encontram-se no anexo II, do volume 14.

2.2.1. Evolução em termos reais das Receitas Próprias e Transferências

A evolução das Receitas Próprias, em termos reais, apresenta para o sub-período 1968/70 - dados de Balanço - um rápido crescimento no início do sub-período e um declínio posterior, situando-se, em 1970, quase ao mesmo nível do valor alcançado em 1968. Para o sub-período 1971/72 a estimativa das Receitas Próprias, apresentam-na crescendo a taxas excessivamente elevadas, da ordem de 74,5% a.a.

Os dados abaixo mostram essa evolução.

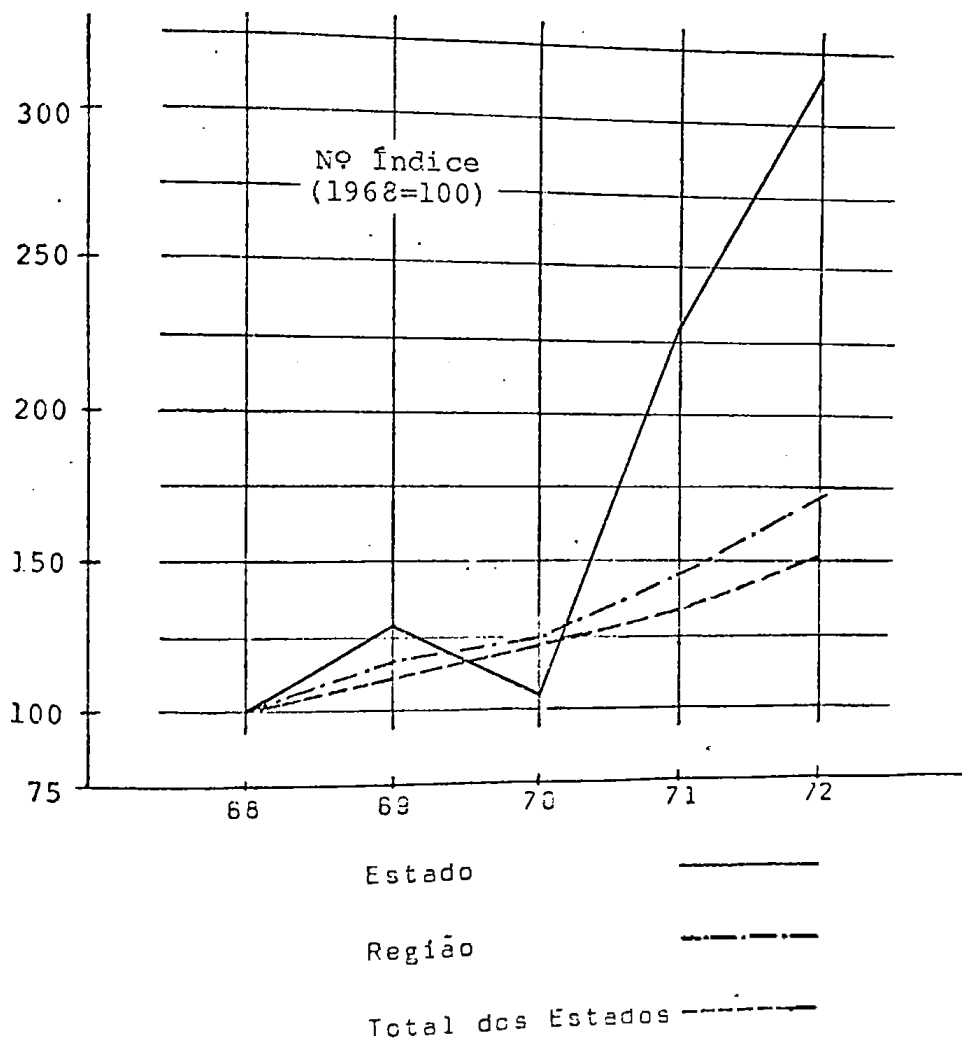
	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Índices (1968=100)					
(%) :	100	128	103	229	315

O comportamento dos componentes das Receitas Próprias - (ICM, Operações de Crédito e Outras Receitas) - no primeiro sub-período foi uniforme: todos apresentando um rápido crescimento no início do sub-período e um declínio posterior, sem grandes variações individuais.

No segundo sub-período - 1971/72 - a taxa de crescimento das Receitas Próprias de 74,5% a.a., é devido à estimativa excessivamente elevada, em termos reais, para as Operações de Crédito, que passou de Cr\$ 2,7 milhões em 1970 para Cr\$ 60,0 milhões em 1972, sendo que o ICM tem seu crescimento estimado a uma taxa de somente ... 22,0% a.a. ^{1/}

^{1/} Tabela PI - 2.2

O gráfico abaixo compara o crescimento em termos reais das Receitas Próprias do Estado, da Região e do total de todos os Estados e Distrito Federal.



As Transferências, em termos reais, no sub-período 1968 / 70, tem um comportamento algo semelhante ao verificado para as Receitas Próprias, pois crescem muito rapidamente no início da série para em seguida apresentar-se declinante. Entretanto, este declínio é muito mais acentuado nas Receitas Próprias, pois enquanto estas se mantêm praticamente estagnadas aquelas crescem a uma taxa da ordem de 21,0% a.a.^{1/}

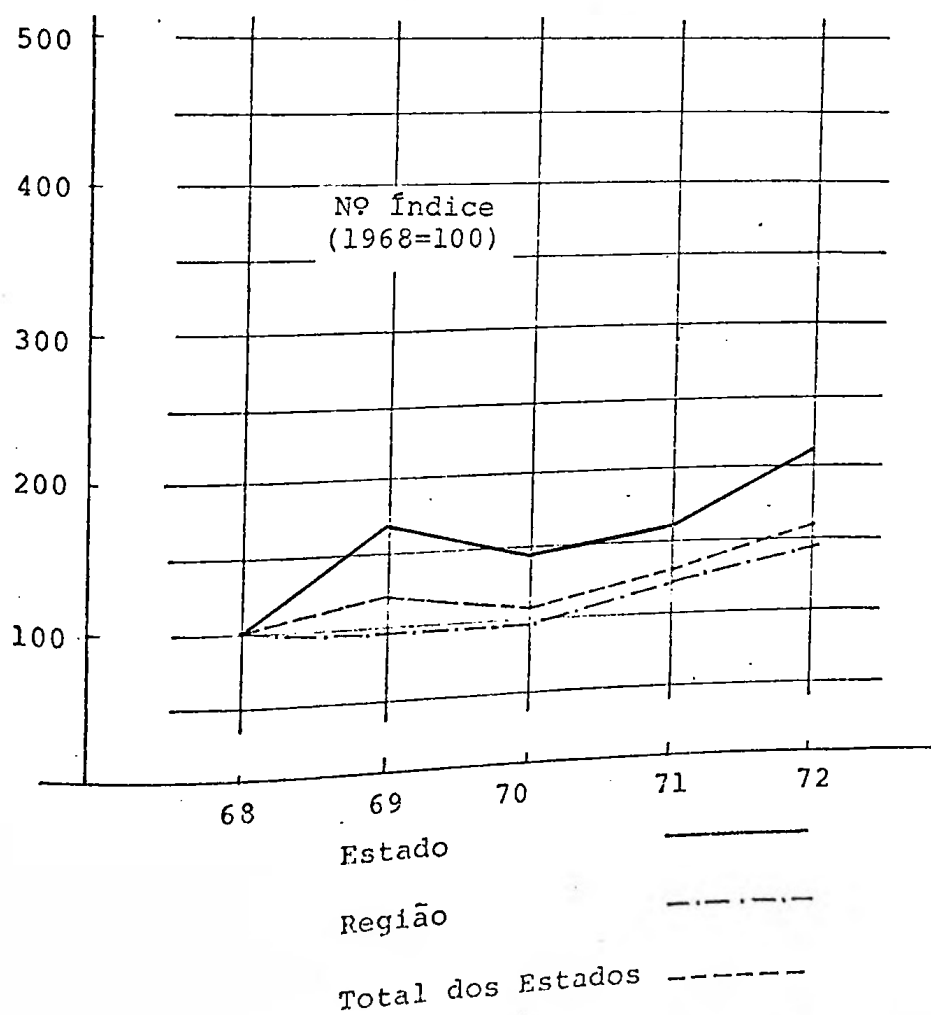
^{1/} Tabela PI - 2.1.

Os dados abaixo mostram essa evolução.

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Índice - 1968=100 (%):	100	170	146	162	212

A estimativa das Transferências, no sub-período 1971/72, a apresentam-na crescendo a uma taxa da ordem de 20,0% a.a. Esta estimativa é muito mais compatível com os valores observados para os dados de Balanço do que a previsão efetuada para o crescimento das Receitas Próprias, se considerado o seu desempenho no período 1968/70-dados de Balanço.

O gráfico seguinte apresenta a evolução em termos reais das Transferências recebidas pelo Estado, pela Região e pelo Total de Estados e Distrito Federal.

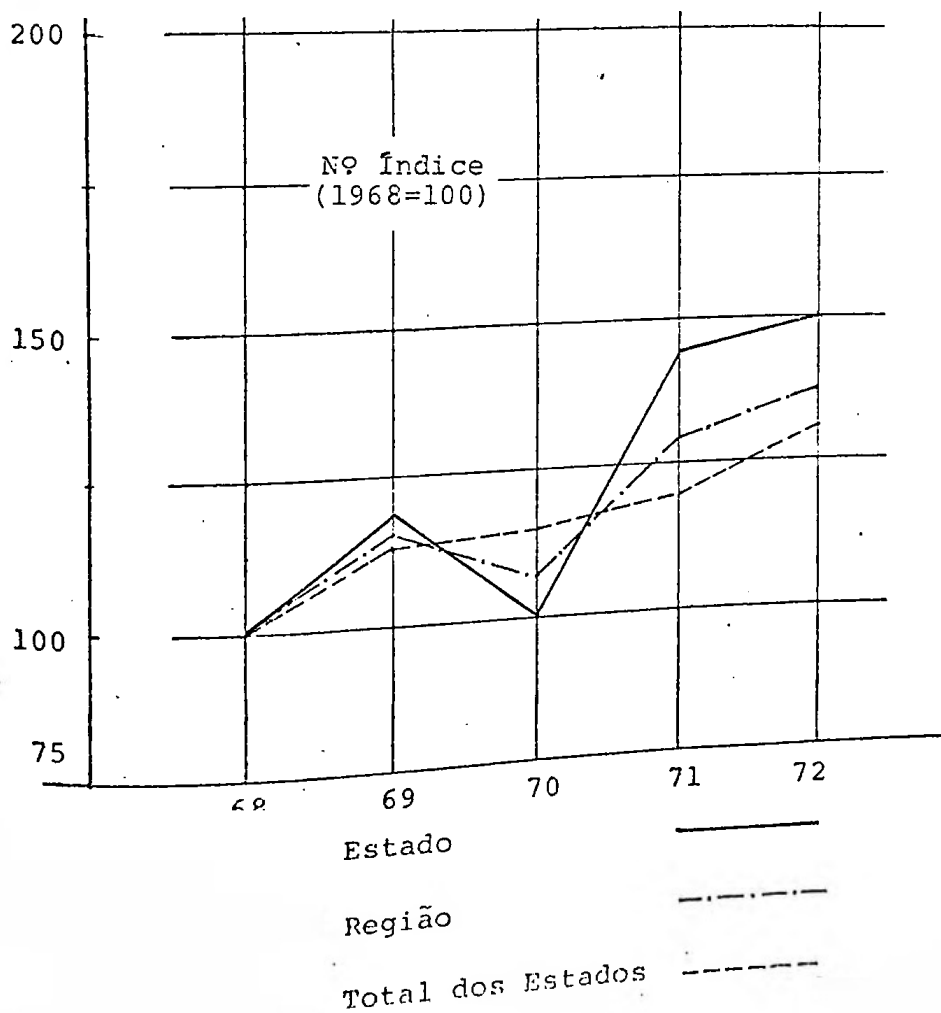


2.2.2. O ICM

O ICM, principal componente das Receitas Próprias, tem sua participação no Total de Receitas do Estado declinando ao longo de toda a série (1968/72). Com uma participação no Total de Receitas, de 38,5% em 1968, tem em 1972 uma contribuição prevista em apenas 22,5%. Isoladamente é o segundo item de maior peso no Total de Receitas.^{1/}

Em termos reais o ICM cresceu em 1969 18%, atingindo, entretanto, no ano seguinte - 1970 - o mesmo valor de 1968. Já para o sub-período 1971/72 - dados de Orçamento - tem um crescimento previsto da ordem de 22,0% a.a.^{2/}

O gráfico abaixo mostra a evolução do ICM para o Estado do Piauí, para a Região Nordeste e para o Total de Estados e Distrito Federal.



^{1/} Tabela PI - 2.1 -

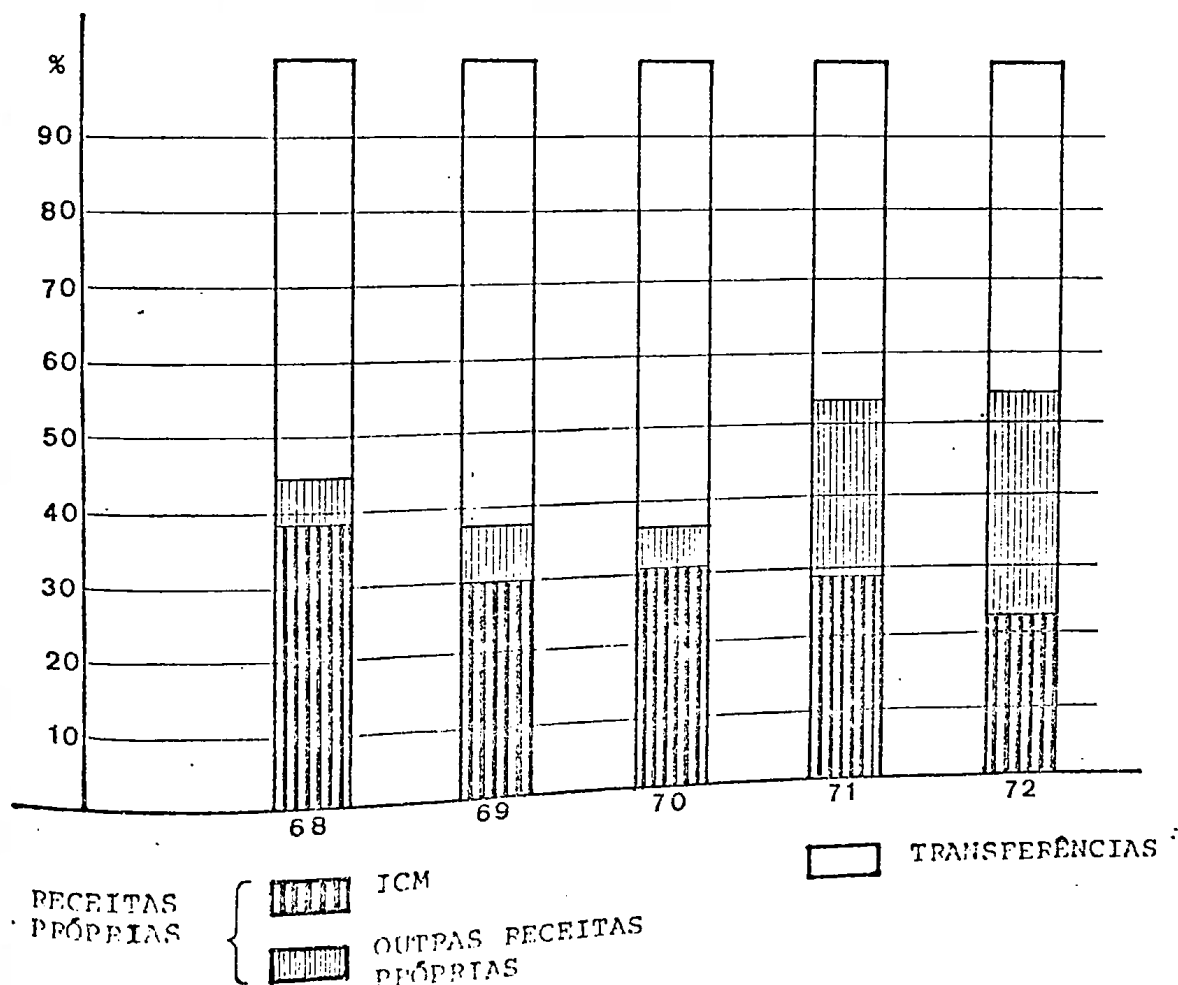
^{2/} Tabela PI - 2.2 -

O gráfico VII apresentado no Anexo I do Vol. 14, mostra a proporção do ICM na Receita Total, para todos os Estados da Região Nordeste, sendo o Piauí o Estado de menor proporção do ICM na Receita Total.

2.2.3. Composição percentual da Receita segundo a origem

O ritmo de crescimento mais acelerado das Transferências, implicou numa diminuição da participação relativa das Receitas Próprias no Total de Receitas no sub-período 1968/70. No sub-período 1971/72, as previsões indicam uma inversão daquela tendência com as Receitas Próprias aumentando sua participação relativa, sendo esta participação superior a das Transferências.

O gráfico seguinte ilustra essa modificação na composição da Receita Estadual.^{1/}



^{1/} O aumento de participação relativa das Receitas Próprias no sub-período 1971/72, é devido as Operações de Crédito, com uma participação relativa média de 25,0%, de vez que o ICM diminui sua contribuição para o Total de Receitas.

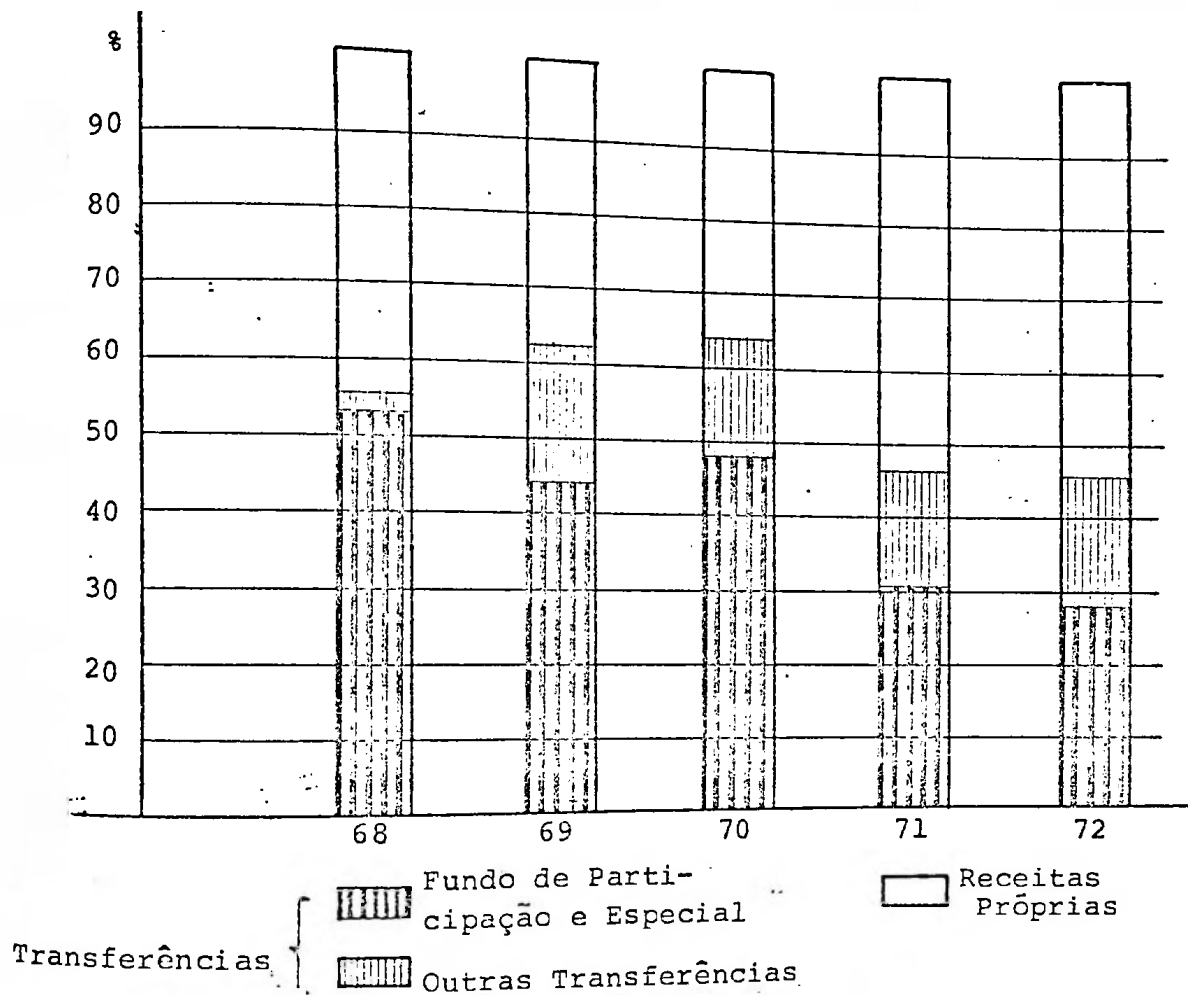
2.2.4 As Transferências e sua posição relativa no Total de Receitas

As Transferências apresentam-se com uma participação relativa no Total de Receitas, crescente para os dados de Balanço, passando de 55,6% em 1968 para 63,8% em 1972. Ressalta nesse período a magnitude de contribuição das Transferências para o Total de Receitas, mostrando uma dependência crescente do Estado às Transferências da União. Para os dados de Orçamento, sua participação, embora elevada, decresce, sendo respectivamente, 46,9% e 45,6% em 1971 e 1972.

Em conjunto, os Fundos de Participação dos Estados e Especial vêm declinando gradativamente sua contribuição para o Total de Receitas, pois respondendo por 53,3% do Total de Receitas em 1968, tem sua contribuição prevista em 1972 em apenas 28,0%.

As "Outras Transferências", incrementando sua participação relativa no Total de Receitas de 2,2% em 1968 para 15,5% em 1972, respondem pelo aumento da participação relativa no Total de Transferências na Receita, compensando inclusive a queda de contribuição relativa do Total de Fundos.

O gráfico seguinte apresenta as modificações ocorridas na composição das Transferências.



Os gráficos VIII e IX, apresentados no Anexo I do Vol. 14, mostram a comparação das Transferências recebidas pelos Estados da Região Nordeste, relativa ao Total de Transferências recebidas por todos os Estados da Federação e do Distrito Federal, sendo que o Estado do Piauí tem uma participação ligeiramente crescente no Total de Transferências distribuídas pela União.

2.2.5. Receitas "Per-capita"

2.2.5.1. Receita Própria "per-capita"

As Receitas Próprias "per-capita", em termos reais, do Estado do Piauí, representam em média, no sub-período 1968/70, cerca de 40% da Receita Própria "per-capita" estimada para a Região. No sub-período 1971/72, aquela participação se situa em torno de 67%.

O gráfico X, apresentado no Anexo I do Vol. 14, mostra as Receitas Próprias "per-capita" dos Estados da Região Nordeste.

2.2.5.2. Transferências "per-capita"

As Transferências "per-capita", em termos reais, recebidas pelo Estado, apresentam-se para o período 1968/70 superiores às Transferências "per-capita" estimadas para a Região Nordeste.

O gráfico XI apresentado no Anexo I do Vol. 14, mostra as Transferências "per-capita" recebidas pelos Estados da Região Nordeste comparadas às Transferências "per-capita" recebidas pela Região e pelo Total de Estados e Distrito Federal.

2.2.6. Conclusões

As modificações das tendências acima verificadas, foram influenciadas no primeiro sub-período por:

- a - crescimento modesto das Receitas Próprias em termos reais;
- b - crescimento mais acentuado das transferências em termos reais, resultado, sobretudo, do elevado ritmo de crescimento das "Outras Transferências".

No segundo sub-período as modificações de tendências de -
correm de:

- elevada estimativa de crescimento das Receitas Próprias (74,5% a.a.)

Dos Ítems acima depreende-se que a diminuição estimada do grau de dependência da Receita do Estado aos Recursos de Transferência está sujeita a que as expectativas de crescimento para as Receitas Próprias se verifiquem.

3. ANÁLISE DA DESPESA

A abordagem do Ítem Despesa será efetuada segundo:

- as categorias econômicas
- as funções.

3.1. Análise segundo as categorias econômicas

O gráfico XII, apresentado no Anexo I do Vol.14, mostra a composição percentual das Despesas dos Estados da Região Nordeste segundo as categorias econômicas, sendo que o Estado do Piauí apresenta para os anos de 1968 e 1972, as Despesas Correntes inferiores à média regional.

3.1.1. Evolução em termos reais das Despesas Correntes e de Capital

O crescimento das Despesas Correntes, em termos reais, mostrou-se bastante modesto no sub-período 1968/70 - taxa da ordem de 9% a.a. No sub-período 1971/72 as estimativas para seus valores implicam em uma taxa de crescimento bem mais elevada, da ordem de 32% a.a.

O crescimento das Despesas de Capital, em termos reais apresenta-se bastante acentuado ao longo de todo o período (taxa da ordem de 47,6% para o sub-período 1968/70 e 36,8% para 1970/72).^{1/}

O quadro abaixo mostra a evolução, em termos reais, das Despesas Correntes e de Capital.

Nº Índice - 1968 = 100

ANO	RECEITAS CORRENTES	CAPITAL
1968	100	100
1969	126	208
1970	119	218
1971	151	313
1972	208	408

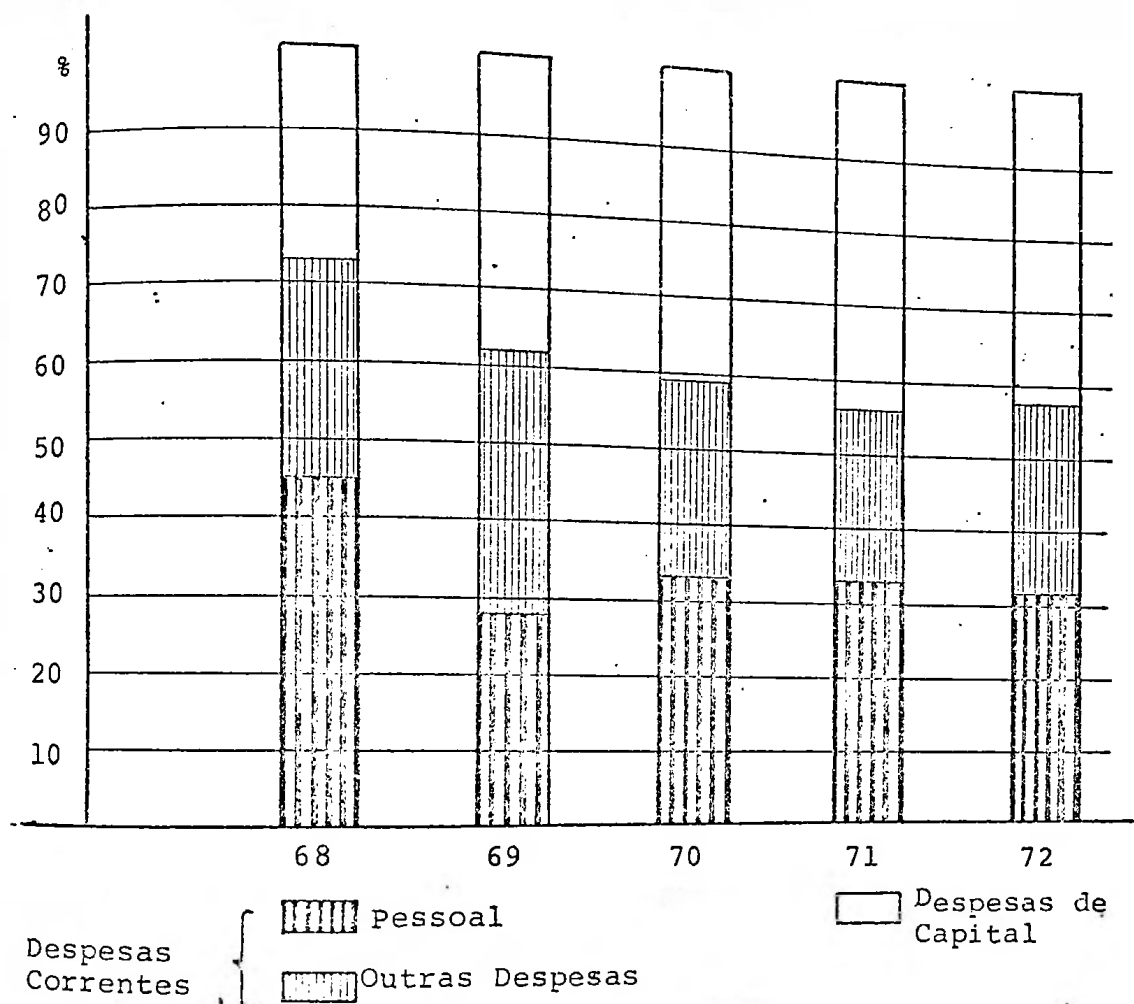
O gráfico XIII, apresentado no Anexo I do volume 14 mostra a comparação das Despesas com Pessoal para os Estados da Região Nordeste, sendo que o Estado do Piauí, para os anos de 1970 e 1972, apresenta uma Despesa com Pessoal inferior à media regional.

3.1.2. Composição percentual das Despesas segundo as categorias econômicas

O descompasso no ritmo de crescimento entre as Despesas de Capital e as Despesas Correntes, determinou uma mudança na composição do Total de Despesas, com um sensível aumento da proporção de Despesas de Capital, como evidencia o gráfico seguinte.

^{1/} Tabelas PI - 1.3 e 3.2

^{2/} Tabela PI - 1.1



3.1.3. Despesas com Pessoal e Capital em termos " Per-capita "

As Despesas com Pessoal "per-capita", em termos reais mantêm-se estagnadas no sub-período 1968/70, situando-se em torno de 21,00 Cr\$/hab. No sub-período 1971/72, apresentam-se em expansão, alcançando em 1972, 35,07 Cr\$/hab. Em termos relativos, as Despesas com Pessoal "per-capita", do Estado, que em 1968 representavam 61% da média calculada para a Região Nordeste (em torno de .. 35,44 Cr\$/hab) deverão elevar-se para 90% dessa média em 1972 o que indica que para manter em funcionamento a máquina administrativa o Governo do Estado efetua um dispêndio "per-capita" com pessoal, inferior à média regional.^{1/}

^{1/} Tabelas PI - 3.4 e BR - 3.2

As Despesas de Capital "per-capita", em termos reais, se elevam de 13,04 Cr\$/hab para 128,90 Cr\$/hab no período 1968/72. No mesmo período, as Despesas de Capital "per-capita" calculadas para a Região Nordeste passaram de 27,55 Cr\$/hab. para 42,90 Cr\$/hab. e, em termos relativos, os valores para o Estado representam, respectivamente, 47% e 109% dos valores para a Região. Desta forma, o Governo do Estado pretende dispender em formação de Capital, cifras por habitante superiores à média Regional.^{1/}

3.2. Despesas por Funções

Os setores Governo, Administração Geral e Financeira, Educação e Cultura e Saúde e Serviços Urbanos, respondem no conjunto por mais de 65% do Total de Despesas. O quadro a seguir, apresenta a participação relativa no Total de Despesas, desses setores, em conjunto e sua posição individual.^{2/}

Em % do Total de Despesas

ANOS	GOV. ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINAN CEIRA	EDUCAÇÃO E CULTURA	SAÚDE E SERVIÇOS URBANOS	TOTAL
1968	39,8	20,2	13,9	74,0
1969	36,3	21,0	14,1	71,4
1970	37,8	19,4	11,8	69,0
1971	36,2	25,7	12,1	74,0
1972	32,7	19,5	14,9	67,1

^{1/} Tabela PI - 3.4

^{2/} Tabela PI - 3.3

4. ANÁLISE DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO E FINANCIAMENTO DAS DESPESAS DE CAPITAL

4.1. Equilíbrio Orçamentário

4.1.1. Saldo Orçamentário^{1/}

O Estado do Piauí tem o Saldo em Conta Corrente sempre negativo, e em 1970 e 1972, atingiu elevadas proporções da Receita Total (17,6% e 13,9% respectivamente). Por outro lado o Saldo da Conta de Capital mantém-se sempre positivo, o que significa que parte dos gastos Correntes são financiados com Receita de Capital.

O Saldo Orçamentário apresenta superavit para os anos de 1968 e 1969 e deficit para 1970.

4.1.2. Saldo Orçamentário Efetivo^{2/}

O Estado apresenta superavit Orçamentário Efetivo para o ano de 1968 apresentando para os anos subsequentes déficit Orçamentário Efetivo crescente, sobretudo nos anos de previsão, como pode ser visto abaixo:

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Saldo Orçamentário Efetivo/ Receita Total :	+1,7	-0,4	-15,5	-21,6	-29,3

Os valores elevados do déficit Orçamentário Efetivo nos anos de 1971 e 1972 - dados de Orçamento - devem-se à previsão de realização de Operações de Crédito.

^{1/} Saldo Orçamentário = Receita - Despesa (Tabela PI - 4.1).

^{2/} Saldo Orçamentário Efetivo = Saldo Orçamentário - Operações de Crédito (Tabela PI - 4.1).

A evolução do Saldo Orçamentário Efetivo do Piauí, medido com relação a Receita Total, comparado à estimativa efetuada para a Região Nordeste - valores abaixo - apresenta o Estado alterando significativamente o seu Saldo Orçamentário Efetivo, pois de um superavit em 1968, de 1,7% da Receita Total, obtem em 1972 um deficit orçamentário efetivo da ordem de 29% da Receita Total, enquanto no mesmo período a Região Nordeste apresenta um Saldo Orçamentário Efetivo negativo, como uma proporção ligeiramente crescente da Receita Total.^{1/}

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
Saldo Orçamentário Efetivo/Receita Total (PI)	+1,7	-15,5	-29,3
Saldo Orçamentário Efetivo/Receita Total (NE)	-10,9	-12,0	-11,6

O gráfico XIV constante do Anexo I do volume 14, mostra o Saldo Orçamentário Efetivo como proporção da Receita Total para os Estados da Região Nordeste.

4.2. Financiamento das Despesas de Capital

As Despesas de Capital no sub-período 1968/70 foram financiadas pela Receita de Capital Efetiva^{2/} e pelas Operações de Crédito, já que o Saldo em Conta Corrente apresentou-se negativo para aqueles anos.

A Receita de Capital efetiva, como mostram os dados seguintes, apresenta-se para os anos de 1968 a 1970, superior às Despesas de Capital, sendo em 1968 e 1969 suficiente para cobrir o déficit em Conta Corrente e apresentar um superavit Orçamentário. Em 1970 apesar da Receita de Capital efetiva ser superior à Despesa de Capital, o Estado apresenta déficit Orçamentário devida à magnitude do déficit em Conta Corrente, que representa no ano, 38,4% da Despesa de Capital.

^{1/} Tabelas PI - 4.2 e BR - 4.1

^{2/} Receita de Capital Efetiva = Receita de Capital - Operações de Crédito.

1970, apesar da Receita de Capital efetiva ser superior à Despesa de Capital, o Estado apresenta déficit Orçamentário devido à magnitude do déficit em Conta Corrente, que representa no ano, 38,4% da Despesa de Capital.

No sub-período 1971/72, a Receita de Capital efetiva prevista corresponde a somente 74,6% e 63,6% respectivamente de Despesa de Capital, sendo o restante da Despesa de Capital financiada através de Operações de Crédito, cujos valores, bastante elevados, são em parte resultantes das previsões deficitárias da Conta Corrente.^{1/}

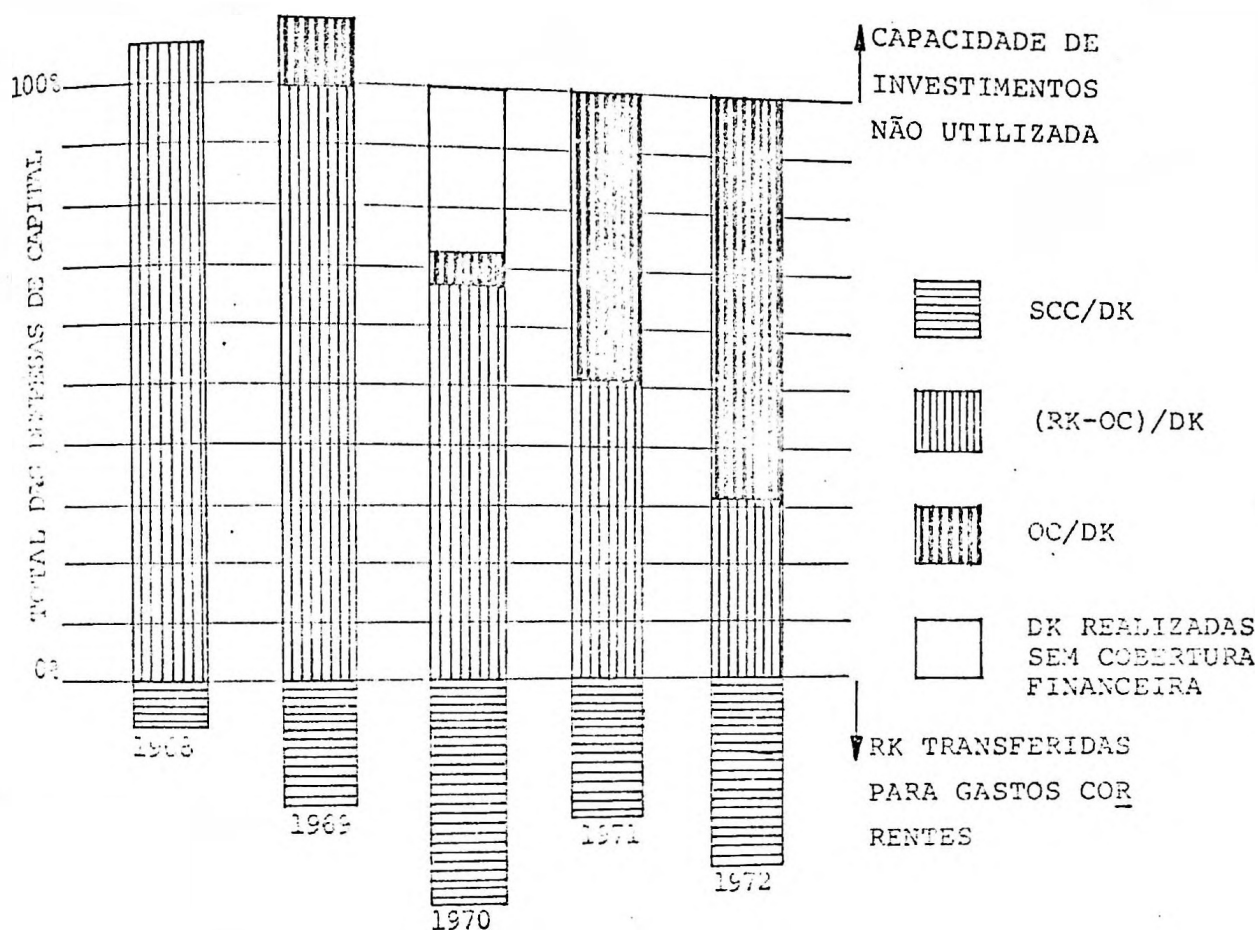
	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Receita de Capital efetiva/ Despesa de Capital	113,9	120,3	104,6	74,6	63,6

A Receita de Capital efetiva do Estado depende fundamentalmente das Transferências de Capital, - dados abaixo - tendo portanto, proporção insignificante no financiamento das Despesas de Capital os recursos próprios do Estado.

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Transferências de Capital/ Receita de Capital Efetiva	95,1	91,1	99,9	98,2	99,1

O gráfico seguinte mostra a composição do financiamento das Despesas de Capital.

^{1/} Tabela PI - 4.2



5. O ENDIVIDAMENTO DO ESTADO

O Estado do Piauí não apresenta informações sobre Dívida Externa. A Dívida Interna evolui da seguinte maneira: em 1968 a Dívida Fundada corresponde a 58,1% do Total da Dívida; já em 1970 corresponde somente a 24,3%.

1/ Tabela PI - 4.2

Em relação à Receita (Total e Própria) a Dívida Interna apresenta as seguintes proporções:

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>
Dívida/Receita Total	23,0	8,1	15,5
Dívida/Receita Própria	51,7	21,6	42,8

O Serviço da Dívida, ou sejam, as Amortizações e Juros medidos com relação à Receita Total, apresenta-se significativo apenas em 1968, quando representa cerca de 7% da Receita Total. Nos anos subsequentes essa proporção diminui sensivelmente como mostram os dados abaixo:

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Serviço da Dívida/ Receita Total	7,4	4,1	1,3	2,4	2,6

D - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ESTADO DO PIAUÍ

1. Encontro Nacional de Secretários de Planejamento - Notas taquigráficas das reuniões. "Estado do Piauí - organização do sistema de planejamento. "Flashes" do programa de desenvolvimento, dados sobre o orçamento." Brasília, 15 a 17/12/1971.
2. A experiência de planejamento no Estado do Piauí. Brasília, dezembro de 1971.
3. Lei nº 2.950, de 02 de dezembro de 1968. Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado do Piauí para o exercício financeiro de 1969. Diário Oficial do Estado do Piauí, Teresina, 20 de dezembro de 1968.
4. Decreto nº 1.207, de 31 de dezembro de 1970. Aprova para o exercício de 1971 o Orçamento Analítico da Despesa do Poder Executivo. Diário Oficial do Estado do Piauí, Teresina, 31 de dezembro de 1970. p. 63-122.
5. Decreto nº 904, de 20 de dezembro de 1968. Aprova o orçamento analítico da Despesa para o exercício de 1969. Diário Oficial do Estado do Piauí, Teresina, 31 de dezembro de 1968.
6. Lei nº 3.044, de 03 de dezembro de 1970. Estima a Receita e fixa a Despesa do Estado do Piauí para o exercício financeiro de 1971, autoriza a abertura de crédito suplementar e dá outras providências de caráter financeiro e orçamentário. Diário Oficial do Estado do Piauí, Teresina, 31 de dezembro de 1970.
7. Lei nº 3.105, de 04 de novembro de 1971. Estima a Receita e fixa a Despesa do Estado do Piauí para o exercício de 1972, autoriza a abertura de créditos suplementares e dá outras providências de caráter financeiro e orçamentário. Diário Oficial do Estado do Piauí, Teresina, 25 de novembro de 1971.
8. Dados de balanços, 1969/1970. Secretaria das Finanças - Contadoria Geral. Teresina, 1970/71.

E - ANEXOS

ANEXO I - O PLANEJAMENTO ESTADUAL

- O PLANEJAMENTO ESTADUAL NO PIAUI

1 - ANTECEDENTES

1.1 - A Lei nº 1.451, de 30.11.1956, extinguiu a Comissão de Planejamento e Estímulo à Produção, e criou, por seu Artigo 2º a Comissão de Desenvolvimento do Estado-CODESE, com a finalidade de elaborar planos a longo prazo, preparar orçamentos, acompanhar a sua execução, estudar e propor diretrizes econômicas, financeiras e administrativas referentes à elaboração e execução orçamentárias e promover a produção. Sem funções executivas, a CODESE funcionava como órgão de assessoramento ao Governador, e era integrada pelos Secretários de Estado e Diretor do DER, reunindo-se mensalmente. Passou a nível de Secretaria de Estado com a Lei 2.772 de 14.12.1966. A Lei-Delegada nº 9 de 7.02.1969 "organiza o Sistema de Planejamento nas áreas de Programação, Orçamento, Organização Administrativa e Treinamento, reorganiza a Comissão de Desenvolvimento denominando-a Coordenação do Desenvolvimento do Estado".

Atualmente, transformou-se a CODESE em Secretaria de Estado do Planejamento, ao mesmo tempo em que se criou uma Fundação, destinada a desenvolver as atividades de pesquisa. A idéia central é que a fase especulativa do planejamento seja própria da Fundação, e a fase operativa, específica da Secretaria.

1.2 - O primeiro Plano de Desenvolvimento do Piauí foi elaborado em 1963, com vigência para 1963/66. O financiamento previa 68% de recursos da União, 24,5% de recursos estaduais e 7,5% de recursos municipais. A distribuição setorial dos investimentos contemplava 52% para infraestrutura, 39,5% para os programas sociais e 8,5% para o setor agro-industrial.

O segundo Plano foi elaborado para cobrir o período 1966/70.

1.3 - A inexistência de informações organizadas, conjugada à ausência de tempo para pesquisa, não permitiu uma análise do grau de execução dos planos. Durante o período abrangido pelos Planos foram iniciadas as grandes obras de infraestrutura do Estado, bem como a organização e implantação de diversos órgãos responsáveis pela execução das metas de Governo.

1.4 - A falta de elemento humano e meios técnicos para exercer o controle da execução do Plano e dos recursos financeiros aplicados ao lado da estrutura político-administrativa que, não aceitando a Ação Programada, impedia a sua execução foram fatores que impediram a execução de todo o plano.

1.5 - As falhas anteriores sugeriram a reformulação do sistema de planejamento agora realizado conforme o item A.2.

2 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E FUNCIONAL DO PLANEJAMENTO

2.1 - O Sistema de Planejamento do Piauí compreende a Secretaria de Planejamento-SEPLAN, a Fundação Centro Regional de Produtividade do Piauí-CEPRO, o Departamento Estadual de Estatística-DEE e a Assessoria de Acompanhamento e Comunicação do Governo do Estado-AGE. Dentro das estruturas das Secretarias de Estado e das demais entidades da administração direta estão as Assessorias de Programação e Orçamento-APO.

2.2 - A Secretaria do Planejamento-SEPLAN substituiu a antiga Coordenação do Desenvolvimento do Estado-CODESE, nos termos da Lei-Delegada nº 69 de 26.11.1971. A Fundação CEPRO está em fase de criação, já teve o projeto de lei aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado e deverá, brevemente, ser sancionada pelo Governador. O DEE, já existente, foi criado pela Lei Delegada nº 29, de 24.07.1969. Em fase de projeto encontra-se a AGE.

2.3 - O núcleo do Sistema é uma Secretaria de Estado. A ela estão vinculadas uma Fundação, a CEPRO e um Departamento, o DEE. A AGE será uma assessoria especial do Governador do Estado. As APOs vinculam-se tecnicamente à Secretaria de Planejamento.

2.4 - Ainda não está definida a estrutura dos diversos órgãos componentes do sistema de planejamento do Piauí, razão porque o Estado procurou omitir este item. A fase de implantação ou de definição dos órgãos permite modificações na estrutura delineada.

2.5 - O planejamento prõpriamente dito estã a cargo da SEPLAN. O CEPRO serã o õrgãõ incumbido da realizaçãõ de pesquisas. A realizaçãõ de estatísticas do Estado ẽ tarefa do DEE. O acompanhamento e avaliaçãõ estarã a cargo da AGE. A parte de orçamento, programação e organizaçãõ administrativa em cada Secretaria ou õrgãõ terã assessoria das APOs. Vinculadas a estas funções gerais dos õrgãõs componentes do sistema de Planejamento Piauiense estãõ diversas atribuições listadas nos seus regulamentos.

3 - QUADRO ATUAL DE PLANEJAMENTO

O atual Plano de Governõ encontra-se em fase de preparaçãõ, razãõ porque nãõ poderã ser considerado nẽsse tõpico. (Dezembro de 1971).

ANEXO II - SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - TABELAS

RESUMO ORÇAMENTÁRIO
Cr\$ milhões correntes

A N O	R E C E I T A						D E S P E S A											
	CORRENTE			CAPITAL			TOTAL			CORRENTE			CAPITAL			TOTAL		
	VALOR		%	VALOR		%	VALOR		%	VALOR		%	VALOR		%	VALOR		%
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
1 9 6 8	28,1	69,4	12,3	30,4	40,5	100,0	28,9	72,8	10,8	27,2	39,7	100,0	10,8	27,2	39,7	100,0	10,8	27,2
1 9 6 9	38,2	51,6	35,8	48,4	74,0	100,0	44,0	61,9	27,1	38,1	71,1	100,0	27,1	38,1	71,1	100,0	27,1	38,1
1 9 7 0	36,5	49,1	37,7	50,9	74,3	100,0	49,6	59,3	34,1	40,7	83,7	100,0	34,1	40,7	83,7	100,0	34,1	40,7
1 9 7 1	62,4	45,9	73,6	54,1	136,0	100,0	76,6	56,3	59,4	43,7	136,0	100,0	59,4	43,7	136,0	100,0	59,4	43,7
1 9 7 2	89,4	43,7	115,1	56,3	204,5	100,0	117,9	57,7	86,6	42,3	204,5	100,0	86,6	42,3	204,5	100,0	86,6	42,3
MÉDIA (*) 68/72	-	52,0	-	48,0	-	100,0	-	61,6	-	38,4	-	100,0	-	61,6	-	100,0	-	38,4

FONTE: Veja termos de referência do trabalho

NOTA: (*) - Média simples

RESUMO ORÇAMENTÁRIO

Cr\$. milhões de 1972*

A N O	R E C E I T A			D E S P E S A		
	CORRENTE	CAPITAL	TOTAL	CORRENTE	CAPITAL	TOTAL
1 9 6 8	55,1	24,1	79,2	56,7	21,2	77,8
1 9 6 9	62,1	58,2	120,3	71,5	44,1	115,6
1 9 7 0	49,5	51,2	100,7	67,3	46,3	113,6
1 9 7 1	69,8	82,3	152,1	85,7	66,4	152,1
1 9 7 2	89,4	115,1	204,5	117,9	86,6	204,5

FONTE: Tabela 1.1

(*) - Índices utilizados: 1968/70 - Índice Geral de Preços - "CONJUNTURA ECONÔMICA", set.71

1971 - Índice Geral de Preços - Médias dos Meses Junho e Julho

1972 - Hipótese Inflacionária de 12%

RESUMO ORÇAMENTÁRIO
ÍNDICE E TAXAS DE CRESCIMENTO

1968 = 100

A N O	R E C E I T A					D E S P E S A						
	CORRENTE		CAPITAL		TOTAL		CORRENTE		CAPITAL		TOTAL	
	ÍNDICE	Δ %	ÍNDICE	Δ %	ÍNDICE	Δ %	ÍNDICE	Δ %	ÍNDICE	Δ %	ÍNDICE	Δ %
1 9 6 8	100	-	100	-	100	-	100	-	100	-	100	-
1 9 6 9	113	+12,7	241	+141,5	152	+51,9	126	+26,1	208	+108,0	149	+48,6
1 9 7 0	90	-20,3	212	-12,0	127	-16,3	119	-5,9	218	+5,0	146	-1,7
1 9 7 1	127	+41,0	341	+60,7	192	+51,0	151	+27,3	313	+43,4	196	+33,9
1 9 7 2	162	+27,6	478	+39,9	258	+34,5	208	+37,6	408	+30,4	263	+34,5

FONTE: Tabela 1.2

DEMONSTRATIVO DA RECEITA SEGUNDO A ORIGEM

Cr\$ milhões correntes

ANO	RECEITA		RECEITAS PRÓPRIAS						TRANSFERÊNCIAS							
	TOTAL		I C M		OPERAÇÕES DE CRÉDITO		OUTRAS		TOTAL		CORRENTES		CAPITAL		TOTAL	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1968	40,5	100	15,6	38,5	-	-	2,4	5,9	18,0	44,4	10,8	26,7	11,7	28,9	22,5	55,6
1969	74,0	100	22,2	30,0	3,2	4,3	2,4	3,3	27,8	37,6	13,7	18,5	32,5	43,9	46,2	62,4
1970	74,3	100	22,8	30,7	2,0	2,7	2,1	2,8	26,9	36,2	11,7	15,8	35,7	48,0	47,4	63,8
1971	136,0	100	39,0	28,7	29,3	21,6	4,0	2,9	72,3	53,2	20,2	14,8	43,5	32,0	63,7	46,8
1972	204,5	100	46,0	22,5	60,0	29,4	5,2	2,5	111,2	54,4	38,7	18,9	54,6	26,7	93,3	45,6
MÉDIA (*) 8/72	-	100	-	-	-	11,6	-	3,5	-	45,2	-	18,9	-	35,9	-	54,8

Fonte: Veja termos de referência do trabalho

Nota: (*) - Média simples

DEMONSTRATIVO DA RECEITA SEGUNDO A ORIGEM

Cr\$ milhões de 1972*

O	RECEITA		R E C E I T A S						P R Ó P R I A S						T R A N S F E R E N C I A S					
	TOTAL		I C M		OPERAÇÕES DE CRÉDITO		OUTRAS		TOTAL		CORRENTES		CAPITAL		TOTAL					
	Valor	%	Valor	Δ%	Valor	Δ%	Valor	Δ%	Valor	Δ%	Valor	Δ%	Valor	Δ%	Valor	Δ%				
8	70,4	-	30,6	-	-	-	4,7	-	35,3	-	21,2	-	22,9	-	44,1	-				
9	120,3	+51,5	36,1	+18,0	5,2	-	3,9	-17,0	45,2	+28,0	22,3	+5,2	52,8	+130,6	75,1	+70,3				
0	100,8	-16,2	30,9	-14,4	2,7	-48,1	2,8	-28,2	36,5	-19,2	15,9	-28,7	48,4	-8,3	64,3	-14,4				
1	152,1	+50,9	43,6	+41,1	32,8	+1121,4	4,5	+60,7	80,9	+121,6	22,6	+42,1	48,7	+0,6	71,3	+10,9				
2	204,5	+34,5	46,0	+5,5	60,0	+82,9	5,2	+15,6	111,2	+37,5	38,7	+71,2	54,6	+12,1	93,3	+30,9				

nto: Tabela 2.1

ca: (*) - Vide nota de rodapé da Tabela 1.1.

PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS RECEITAS DE TRANSFERÊNCIA

NA RECEITA TOTAL SEGUNDA A ORIGEM

(Cr\$ milhões correntes)

Receita Total = 100,0 %

A N O	FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS		FUNDO ESPECIAL		TOTAL DOS FUNDOS		OUTRAS TRANSFERÊNCIAS		TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1968	21,6	53,3	-	-	21,6	53,3	0,9	2,2	22,5	55,5
1969	20,7	28,0	12,2	16,5	32,9	44,5	13,3	18,0	46,2	62,5
1970	21,5	28,9	14,4	19,4	35,9	48,3	11,5	15,5	47,4	63,8
1971	26,0	19,1	16,0	11,8	42,0	30,9	21,7	16,0	63,7	46,9
1972	31,2	15,3	26,0	12,7	57,2	28,0	36,1	17,6	93,3	45,6
MÉDIA (*) 68/72	-	28,9	-	12,1	-	41,0	-	13,9	-	54,9

FONTE: Veja termos de referência do trabalho

Nota: (*) - Média simples

RECEITA "PER CAPITA" (*) A PREÇOS DE 1972

A N O	RECEITA TOTAL "PER - CAPITA"		RECEITA PRÓPRIA "PER - CAPITA"		TRANSFERÊNCIAS "PER CAPITA"	
	Cr\$ 1,00	Δ %	Cr\$ 1,00	Δ %	Cr\$ 1,00	Δ %
1968	48,83	-	21,71	-	27,12	-
1969	71,70	+46,8	26,94	+24,0	44,76	+65,0
1970	58,09	-19,0	21,03	-21,9	37,06	-17,2
1971	64,95	+46,2	45,13	+114,6	39,82	+ 7,4
1972	110,68	+30,4	60,19	+ 33,4	50,49	+26,8

FONTE: Tabela 2.2

(*) - População - Veja termos de referência do trabalho

DEMONSTRATIVO SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS

3.1.

Cr\$ milhões correntes

A N O	D E S P E S A S										C A P I T A L		T O T A L	
	C O R R E N T E S			D I R E T A S			I N D I R E T A S				VALOR	%	VALOR	%
	P E S S O A L		O U T R A S	VALOR	%	S U B - T O T A L		VALOR	%					
	VALOR	%				VALOR	%			VALOR	%			
1968	18,0	45,3	10,9	27,5	28,9	72,8	10,8	27,2	39,7	100,0				
1969	19,8	27,9	24,2	34,0	44,0	61,9	27,1	38,1	71,1	100,0				
1970	27,8	33,3	21,8	26,0	49,6	59,3	34,1	40,7	83,7	100,0				
1971	45,3	33,3	31,3	23,0	76,6	56,3	59,4	43,7	136,0	100,0				
1972	64,8	31,7	53,1	26,0	117,9	57,7	86,6	42,3	204,5	100,0				
MÉDIA * 68/72	-	34,3	-	27,3	-	61,6	-	38,4	-	100,0				

FONTE: Veja termos de referência do trabalho

Demais: Tabela 1.1

DESPESA

DEMONSTRATIVOS SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS

Cr\$ milhões de 1972 (*)

A N O	D E S P E S A S				C A P I T A L	T O T A L
	C O R R E N T E S		E S T A T E S			
	P E S S O A L	O U T R A S	S U B - T O T A L			
1968	35,3	21,4	56,7	21,2	77,9	
1969	32,2	39,3	71,5	44,1	115,6	
1970	37,7	29,6	67,3	46,3	113,6	
1971	50,7	35,0	85,7	66,4	152,1	
1972	64,8	53,1	117,9	86,6	204,5	

Fonte: Tabela 3.1

Observação: Para a transformação em valores a preços correntes, foram utilizados os índices referidos no rodapé da Tabela 1.2.

DESPESA SECUNIC AS FUNÇÕES

Cr\$ milhões correntes

A N O	GOV. ADM. GERAL E FIN.		RECURSOS NAT. e AGRO-PECUÁRIOS		VIAÇÃO, TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES		INDÚSTRIA E COMÉRCIO		EDUCAÇÃO E CULTURA		DEFESA E SEGURANÇA		SAÚDE E SERVIÇOS URBANOS		BEM ESTAR SOCIAL		TOTAL	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
1968	15,8	39,8	2,4	6,0	3,2	8,1	-	-	8,0	20,2	3,6	9,1	5,5	13,9	1,2	3,0	39,7	100,0
1969	25,8	36,3	6,0	8,4	8,6	12,1	-	-	14,9	21,0	3,6	5,1	10,0	14,1	2,2	3,1	71,1	100,0
1970	31,6	37,8	4,0	4,8	2,5	3,0	0,6	0,7	16,2	19,4	7,4	8,8	9,9	11,8	11,4	13,6	83,7	100,0
1971	49,3	36,2	10,1	7,4	13,8	10,1	-	-	34,9	25,7	9,1	6,7	16,4	12,1	2,4	1,8	136,0	100,0
1972	67,0	32,7	14,9	7,3	25,5	12,5	-	-	39,8	19,5	22,8	11,1	30,4	14,9	4,1	2,0	204,5	100,0
MÉDIA (*)	-	36,6	-	6,8	-	9,2	-	0,1	-	21,2	-	8,2	-	13,4	-	4,7	-	100,0

FONTE: Veja termos de referência do trabalho

Nota: (*) - Média simples

COMPORTAMENTO DAS DESPESAS COM PESSOAL
E CAPITAL EM TIPOS "PER CAPITA"

A N O	P E S S O A I.		C A P I T A L		Δ %
	VALOR	ÍNDICE	VALOR	ÍNDICE	
1968	21,71	100	13,04	100	-
1969	19,19	88	26,29	202	+ 101,6
1970	21,73	100	26,69	205	+ 1,5
1971	28,32	130	37,09	284	+ 39,0
1972	35,07	162	46,93	360	+ 26,5

FONTE: Tabela 3.2

População: Veja termos de referência do trabalho

EVOLUÇÃO DO DEFICIT OU SUPERAVIT

- Cr\$ milhões correntes -

ANO	SALDO CONTA CORRENTE (A)	SALDO CONTA CAPITAL (B)	DEFICIT OU SUPERAVIT ORÇAMENTARIO (C = A + B)	OPERAÇÕES DE CRÉDITO (D)	DEFICIT (-) OU SUPERAVIT (+) ORÇAMENTÁRIO E- FETIVO (E = C - D)
1968	- 0,8	+ 1,5	+ 0,7	-	+ 0,7
1969	- 5,8	+ 8,7	+ 2,9	3,2	- 0,3
1970	- 13,1	+ 3,6	- 9,5	2,0	- 11,5
1971	- 14,2	+ 14,2	0	29,3	- 29,3
1972	- 28,4	+ 28,4	0	50,0	- 60,0

FONTE: Tabelas 1.1
2.7

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO SALDO EM CONTA CORRENTE

E DO DEFICIT OU SUPERAVIT

A N O	SALDO EM CONTA CORRENTE		DEFICIT (-) OU SUPERAVIT (+) ORÇAMENTÁRIO EFETIVO	
	NA RECEITA TOTAL (%)	NA DESPESA DE CAPITAL (%)	NA RECEITA TOTAL (%)	NA DESPESA DE CAPITAL (%)
1 9 6 8	- 2,0	- 7,4	+ 1,7	+ 6,5
1 9 6 9	- 7,8	- 21,4	- 0,4	- 1,1
1 9 7 0	- 17,6	- 38,4	- 15,5	- 33,7
1 9 7 1	- 10,5	- 23,9	- 21,6	- 49,3
1 9 7 2	- 13,9	- 32,8	- 20,3	- 69,2
MÉDIA(*) 68/72	- 10,4	- 24,8	- 13,7	- 29,4

FONTE: Tabelas 1.1
4.1

NOTA: (*) - Média simples

FINANCIAMENTO DAS DESPESAS DE CAPITAL

(Em percentagens)

Fontes ANOS	(SCC / DK)	(RK - OC) / DK	* (SO/DK) (-1)	(OC / DK)	T O T A L
1968	- 7,4	113,9	- 6,5	-	100,0
1969	- 21,4	120,3	- 10,7	11,8	100,0
1970	- 38,4	104,6	27,9	5,9	100,0
1971	- 23,9	74,6	-	49,3	100,0
1972	- 32,8	63,6	-	69,2	100,0
MÉDIA 68/72(*)	- 24,8	95,4	2,1	27,3	100,0

(*) - Média Simples

Símbolos: DK - Despesas de Capital
 SCC - Saldo em Conta Corrente (Poupança do Governo)
 RK - Receitas de Capital
 SO - Saldo Orçamentário
 OC - Operações de Crédito

(+) Despesas de Capital Realizadas sem Cobertura financeira.
 (-) Capacidade de Investimentos não utilizada.

FONTES: Tabelas 1.1
 4.1

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA INTERNA

A N O	D Í V I D A I N T E R N A				DÍVIDA FUNDADA EXTERNA		TOTAL DAS DÍVIDAS		
	FUNDADA		FLUTUANTE		TOTAL	Cr\$ milhões	Cr\$ milhões	Cr\$ milhões	
	Cr\$ milhões	(%)	Cr\$ milhões	(%)					Cr\$ milhões
1 9 6 8	5,4	58,1	3,9	41,9	9,3	100,0	-	9,3	100,0
1 9 6 9	1,6	26,7	4,4	73,3	6,0	100,0	-	6,0	100,0
1 9 7 0	2,8	24,3	8,7	75,7	11,5	100,0	-	11,5	100,0

FONTE: Veja termos de referência do trabalho

POSIÇÃO DA DÍVIDA TOTAL

A N O	EM RELAÇÃO A RECEITA TOTAL (%)	EM RELAÇÃO A RECEITA PRÓPRIA (%)	EM RELAÇÃO AOS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA INVESTIMENTO (%)
1 9 6 8	23,0	51,7	83,0
1 9 6 9	8,1	21,6	26,2
1 9 7 0	15,5	42,8	48,9

FONTE: Receita Total e Receita Própria: Tabela 2.1
 Dívida: Tabela 5.1
 Recursos Disponíveis para o Investimento: Tabela 5.4

PI
5.3

AMORTIZAÇÕES E SUA POSIÇÃO RELATIVA NO ORÇAMENTO

Cr\$ milhões correntes

A N O	AMORTIZAÇÕES TOTAIS	A M O R T I Z A Ç O E S			T O T A I S		E M		R E L A Ç Ã O	A: (%)
		Receita Total	Receitas Próprias	Operações de Crédito	Despesas de Capital					
1968	2,6	3,3	14,4	—	24,1					
1969	2,5	2,1	9,0	78,1	9,2					
1970	0,9	0,9	3,3	45,0	2,6					
1971	2,2	1,4	3,0	7,5	3,7					
1972	4,5	2,2	4,0	7,5	5,2					
MÉDIA(*) 68 / 72	—	2,0	6,7	27,6	9,0					

FONTES: Amortização: Veja termos de referência do trabalho

Receitas Total e Próprias, e Operações de Crédito: Tabela 2.1

Despesas de Capital: Tabela 3.1

NOTA: (*) - Média Simples

RECURSOS DISPONÍVEIS PARA INVESTIMENTO

Cr\$ milhões: correntes

	SALDO EM CONTA CORRENTE + RECEITA DE CAPITAL	AMORTIZAÇÃO	RECURSOS DISPONÍVEIS PARA INVESTIMENTO	RECURSOS DISPONÍVEIS PARA INVESTIMENTO EM RELAÇÃO A RECEITA
	(A)	(B)	(C = A - B)	(3)
1968	11,5	2,6	8,9	22,0
1969	30,0	2,5	27,5	37,2
1970	24,6	0,9	23,7	31,9
1971	59,4	2,2	57,2	42,1
1972	86,7	4,5	82,2	40,2

FONTES: Receita de Capital: Tabela 1.1

Saldo em Conta Corrente: Tabela 4.5

Amortização: Tabela 5.3

SERVIÇO DA DÍVIDA

- Cr\$ milhões correntes -

A N O	SERVIÇO DA DÍVIDA			SERVIÇO DA DÍVIDA EM RELAÇÃO A:			RECURSOS DISPONÍVEIS P/ INVESTIMENTO (%)
	AMORTIZAÇÕES	JUROS	TOTAL	RECEITA TOTAL (%)	RECEITA PRÓPRIA (%)		
1 9 6 8	2,6	0,4	3,0	7,4	16,7	33,7	
1 9 6 9	2,5	0,5	3,0	4,1	10,8	10,9	
1 9 7 0	0,9	0,1	1,0	1,3	3,7	4,2	
1 9 7 1	2,2	1,0	3,2	2,4	4,4	5,6	
1 9 7 2	4,5	.0,9	5,4	2,6	4,9	6,6	

FONTES: Receitas: Tabela 2.1

Recursos Disponíveis: Tabela 5.4

Juros: Veja termos de referência do trabalho